

ARTIGO ORIGINAL

Impacto do BRICS no sul global – novo eixo de poder mundial

Impact of the BRICS on the global south – new axis of world

Raquel Almeida Assunção^{1*}, Jonathan Barchilhes Feitosa² & Ligia Duarte Guerra³

Avaliação: *Double Blind Review* (015/OJS)

Recebido: 23/12/2024 Aceito: 30/12/2024

Palavras-chave:

BRICS;
Sul Global;
G7;
Globalização.

Resumo: Este artigo busca entender o desenvolvimento dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) enquanto uma aliança de países emergentes e seu impacto na reconfiguração do cenário econômico global. Surgido após a crise financeira de 2008, que expôs as vulnerabilidades do sistema financeiro ocidental, o BRICS tem emergido como um contraponto ao poder hegemônico do Ocidente, liderado pelos Estados Unidos e pelo G7. O fortalecimento da colaboração entre os membros do grupo se concretizou por meio de iniciativas como as cúpulas anuais, a criação do Novo Banco de Desenvolvimento e a proposta de uma moeda comum. Este estudo busca avaliar o potencial do BRICS em se consolidar como um antagonista do sistema financeiro global dominante, promovendo a multipolaridade e a redistribuição de recursos para o Sul Global, com base nas projeções apresentadas.

Keywords:

BRICS;
Global South;
G7;
Globalization.

Abstract: This article seeks to understand the development of the BRICS (Brazil, Russia, India, China and South Africa) as an alliance of emerging countries and their impact on the reconfiguration of the global economic scenario. Emerging in the wake of the 2008 financial crisis, which exposed the vulnerabilities of the Western financial system, the BRICS have emerged as a counterpoint to the hegemonic power of the West, led by the United States and the G7. The strengthening of collaboration among the members of the group has materialized in initiatives such as annual summits, the creation of the New Development Bank and the proposal of a common currency. This study aims to assess the potential of the BRICS to consolidate itself as an antagonist of the dominant global financial system, promoting multipolarity and the redistribution of resources to the Global South, based on the projections presented.

URL: https://mobicities.com/index.php/path/article/view/15/Artigo_8

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.14579645>

^{1*} Autor correspondente: Fatec Zona Leste, e-mail: Raquel.assuncao@fatec.sp.gov.br

² Fatec Zona Leste, e-mail: Jonathan.feitosa@fatec.sp.gov.br

³ Fatec Zona Leste, e-mail: Ligia.guerra@fatec.sp.gov.br

1. Introdução

Vivemos um período de grande turbulência social gerado pelas mudanças no fator de maior abundância no mundo capitalista o “trabalho-renda”, hoje determinado pelo mercado capitalista e controlado pelas grandes corporações transnacionais, denominadas cadeia global de valor (CGV), tornando a curva do sorriso cada vez mais baixa com ganhos insuficientes para a grande maioria das populações mundiais, seja em países considerados desenvolvidos por portar grandes indústrias transnacionais ou países cujo desenvolvimento nem sequer começou.

Por outro lado, há uma grande turbulência econômica originada pelo Capital que circula livremente pelo globo terrestre, sem regulamentação internacional e comandado por diversos agentes com um protagonismo claro do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI) e mais recentemente a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), o que consagramos como a geoeconomia impulsionadora da política internacional desenvolvimentista que alicerçou a governança das empresas transnacionais que se ocupam em produzir e os setores financeiros que buscam a fabricação de retornos sobre investimentos indiretos estrangeiros (IDE).

Estas duas bases, social e econômica, em que as sociedades capitalistas se desenvolveram não foi de natureza apenas aleatória, mas de uma construção histórica do elemento que domina e conduz essas duas bases. O poder para assegurar a hegemonia dos Estados Unidos, Europa e Japão, representados pelo G7, grupo que se configurou durante a década de 70 na tentativa de eliminar o que ficou conhecido como o imperialismo norte-americano, após o final da “Guerra fria” entre Estados Unidos e antiga União Soviética, período marcado por grandes disputas de poder do globo e, mais do que isso, divisão entre um mercado de mão de obra primária, distinto de um mercado de produzir Capital – “dólares americanos”. Desta forma, os países que se creditaram como grandes potências desenvolvidas deveriam exportar Capital e Tecnologia e países em desenvolvimento capazes de produzir commodities e itens com pouco valor agregado.

Chegamos pôr fim a uma configuração de países que se associam para a tomada absoluta do poder global, inicialmente com a formação do G7, porém, a sociedade é baseada em uma construção histórica de lutas por supremacia do poder, surge então, uma nova ordem, talvez puramente econômica resultando em um grupo formado por uma extensão do G7, com 20 países, conhecidos como G20, incluindo todos os membros financeiros do G7, visto como um meio de dividir para governar.

O G20 tem uma origem importante para se entender, o início da divisão do poder econômico na tentativa de se aproximar das decisões sobre o Capital e Trabalho mundial, desta forma, precisamos buscar historicamente todos os fatos que ocorreram até sua configuração, com relevância do ano 2000, período em que a sociedade encontrava-se com sérias dúvidas de como o século XXI seria determinante para as mudanças e diagnósticos que a inovação tecnológica estava prenunciando e os efeitos sombrios que a globalização (movimento iniciado nos anos 70) estavam resultando sobre a humanidade.

Entender o papel que o BRICS (BRASIL, RÚSSIA, CHINA E ÁFRICA DO SUL) está desempenhando atualmente, neste momento em que o poder do Norte se encontra questionado é entender que há uma nova configuração geopolítica desassociada da geoeconomia global, principalmente quando a geopolítica solicita por uma desglobalização, pois não domina mais o Capital e nem o Trabalho, que circulam livremente pelo globo e prometem uma nova crise mundial sem precedentes.

Destacamos como um dos principais problemas sociais, econômicos, ambientais e “políticos” o comando das transnacionais por governanças que se estendem em várias cadeias globais de valor (CGV), mostrando com evidências a geopolítica sob custódia destas CGV, em que grandes corporações financeiras fazem a manutenção de todos os produtos e serviços utilizados cotidianamente como alimentos, roupas, eletrodomésticos, planos de saúde, educação, impulsionadas por uma diretriz puramente econômica da grande fábrica de dinheiro: o produto “dólares americanos”.

Essa construção do mundo globalizado, modelo criado pelo capitalismo neoliberal, foi uma forma de criar condições para que o Capital não entrasse novamente em colapso, como o fora nos dois grandes momentos da quebra do setor econômico-financeiro, que detém a principal fábrica de dinheiro (dólares americanos) e organizadora da economia global, talvez não diretamente, mas com controle de um grupo formado por sete nações ditas mais ricas do globo terrestre, o G7, que já fora G8 um dia.

Esse artigo tem por objetivo geral averiguar o movimento de reconstrução do poder mundial, como uma tentativa de mostrar como os agentes que não fazem parte do núcleo duro das decisões internacionais formam um novo agrupamento para fazer frente a uma disputa pelo poder, sendo uma história que já ocorreu em outros movimentos em que a riqueza se acumula por questões diversas e a partir desta há uma inversão de poder, exemplo dos burgueses, que mudaram a história do mundo e a partir deles escreveram a história do mundo atual.

Desta forma, entender o papel do Sul Global e de como ele pode ter sido gestado a partir do nascimento, desenvolvimento e atual situação do BRICS, que não mais reconhece o G7 nas decisões centrais da condução do globo e que, de fato, está sendo realmente questionado quanto a seu real valor para continuar com o G7. Concebemos algumas perguntas a serem respondidas por este artigo: O BRICS foi gestado por um relatório analítico do grupo Goldman Sachs (GS) ou esse novo traço de nova ordem mundial já estava em gestação no final do século XX? O cenário globalizado provocou uma série de reflexões sobre o Capital e o Trabalho, gerando mudanças no cenário global, resultando no agrupamento “BRICS”. Pode-se entender o grupo como contraponto ao imperialismo americano?

2. Fundamentação Teórica

A presente pesquisa tem como objetivo analisar bibliograficamente a trajetória de desenvolvimento dos países do BRICS e seu impacto no contexto do Sul Global. Para tanto, recorre-se à coleta e interpretação de dados, pesquisas e artigos, tendo como objeto principal de estudo, o documento “Goldman Sachs”, responsável por originar o termo “BRICS”. Por meio deste artigo, pretende-se alcançar o objetivo em desvendar como tais países emergentes moldaram o cenário econômico mundial nas últimas décadas, incluindo o impacto no Sul Global. Para delimitação do escopo da pesquisa, definimos como “Sul Global” os países em desenvolvimento que compartilham características socioeconômicas semelhantes aos países do BRICS, como Índia, China, Brasil, Rússia e África do Sul.

A escolha por uma abordagem qualitativa se justifica ao comparar e mensurar o desempenho dos países do BRICS ao longo das décadas e a atuação como um novo personagem de destaque no cenário político mundial.

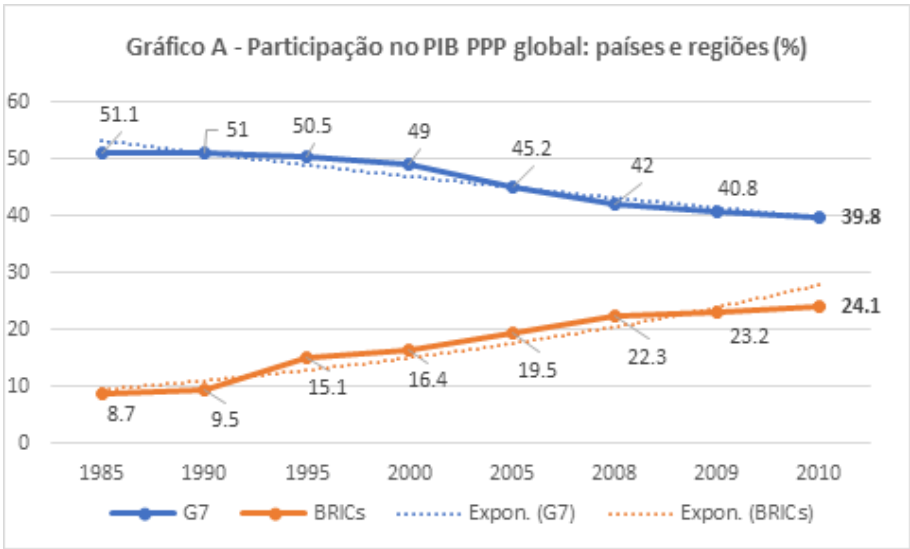
3. Procedimentos metodológicos

É essencial evidenciar que Jim O’Neill, economista-chefe da GS (Goldman Sachs), na época, 2001, líder da equipe que conduziu uma análise de países cujo crescimento real do PIB superaria o grupo de poder hegemônico G7. Esses países de grande extensão territorial e demografia expressiva, que se encontram no topo das economias mais fortes do globo, porém sem os atributos de países industrializados fariam frente no futuro aos países hegemônicos. Em que denominou no *‘Paper No. 66*, editado em outubro de 2003, o termo BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China), quatro países que naquele momento projetavam uma mudança significativa, traçando a trajetória da economia mundial comparado ao eixo do poder global, o G7.

O documento mostrava que os países Brasil, Rússia, Índia e China projetam previsões, já demonstradas nos anos anteriores, um crescimento de 1,7% do PIB mundial, estimativa que o desempenho desses quatro países seria maior do que os países do G7, além de formar diversos cenários cujo resultado era projetar a somatória das economias dos países, através do indicativo econômico o PPP (*Purchasing Power Parity*), contando com a participação de mais da metade impulsionada pela China.

O gráfico a seguir nos mostra a participação do G7 e dos países denominados BRICS numa série histórica de 25 anos, no período compreendido entre o início da globalização até 2010, logo após a crise financeira originada nos EUA em 2008. O gráfico utilizou a relação PIB, PPP per capita da somatória das regiões e a renda dos “indivíduos médios” nos países pertencentes aos dois grupos.

Figura 1–Gráfico A



Fonte: FMI, base do *World Economic Outlook*. Elaboração própria.

Percebemos nitidamente a redução gradual do PIB PPP no G7, que se acentua a partir do ano 2000, chegando a 2010 com uma diferença de 11,3%. Por outro lado, temos um aumento acentuado após os anos 90, chegando a 5,6% até 1995 e, entre 1985 e 2010, um aumento 15,4%, tornando visível as diferenças apontadas no *Paper* No. 66/2001.

O documento enfatiza o movimento da União Europeia Monetária (UEM) que recebeu mais 13 membros ativos, o que elevou de 12 para 25 membros, além de orientar e reforçar a adesão da UEM e da União Europeia (UE) a cumprir o papel dos relatórios do grupo financeiro mais poderoso do globo. A recomendação do *Paper* para o G7 é que possa expandir para estes países a coordenação da política econômica global para 8 ou 9, afirmando “é hora de o mundo construir melhores BRICS econômicos globais”.

A presente pesquisa, a partir deste *Paper No. 66* de 2001, se deparou com um evento anterior, organizado pelo Banco Mundial, no início de 1989, que buscava reunir pesquisadores para discutir e debater a economia do desenvolvimento. Desta forma, no mês de abril de 1989, o Banco Mundial, faz a primeira conferência com o objetivo de aprimorar conhecimento para melhorar a formulação de políticas econômicas, às ideias dos pesquisadores do Banco Mundial e de pesquisadores acadêmicos de vários países.

Nessa conferência, o Banco Mundial afirma que os problemas de desenvolvimento são sempre de grande dificuldade para se acreditar que há respostas finais, declarando que o Banco mundial no que tange ao desenvolvimento, usa uma abordagem pragmática “Ao, tomar decisões políticas e ao pensar sobre estratégias de desenvolvimento, o Banco tem que buscar melhores maneiras de ajudar nossos países-membros, entreter novas ideias, questionar as antigas e ouvir, conversar e aprender com os críticos”. Assim, essa conferência cumpre o objetivo de ouvir o que pensam os estudiosos com relação ao desenvolvimento dos países ao redor do mundo.

A primeira conferência foi aberta por Manmohan Singh, indiano, secretário-geral da Comissão do Sul, elencando as principais áreas de desafio para pesquisadores em desenvolvimento: o Estado, a gestão pública e a reforma do regime de comércio exterior. Concluindo a questão de um mecanismo internacional imparcial para o desempenho do desenvolvimento dos países emergentes.

O Professor Marcelo Abreu, da Universidade Católica do Rio de Janeiro, apresentou o primeiro artigo, "Países em desenvolvimento e a Rodada Uruguai de Negociações Comerciais", formulando três questões: Em relação à Rodada do Uruguai, ocorrida em 1986, quais posições de negociação os países em desenvolvimento devem tomar? Em quais questões eles devem permanecer firmes e onde devem estar dispostos a fazer concessões? Quais posições as sub coalizões - exportadoras agrícolas, importadores de alimentos, fabricantes de vestuário - devem tomar? Apontando diversas mudanças com relação ao *General Agreement on Tariffs and Trade (GATT)*, na época. A terceira conferência realizada em 1991, destacou cinco temas: governança, urbanização, gastos militares e desenvolvimento e a transição em economias socialistas; 1992 abordou quatro temas: teorias de crescimento e desenvolvimento, a operação dos mercados de trabalho, tecnologia e seu papel no desenvolvimento de fluxos de capital internacional. A sexta conferência aborda cinco temas: transição em economias socialistas, nova economia institucional, geografia econômica, pressões migratórias internacionais e mercados de trabalho sob mudança sistêmica. A conferência de 1994 continua a tradição de realizar uma mesa redonda relacionada ao assunto do próximo

Relatório de Desenvolvimento Mundial. Neste caso, emprego e desenvolvimento. A sétima conferência aborda quatro temas: revisitando a Redistribuição com Crescimento (Chenery e outros 1974), mudança demográfica e desenvolvimento, ajuda e desenvolvimento e descentralização fiscal. A nona conferência, realizada no Banco Mundial em 30 de abril e 1º de maio de 1997, abordou quatro temas: corrupção, incentivos e desempenho em organizações públicas, a transferibilidade de experiência de alto crescimento e pobreza e meio ambiente.

A Conferência do 10º aniversário, realizada no Banco Mundial em 20 e 21 de abril de 1998, reuniu alguns dos mais proeminentes pesquisadores e profissionais em economia do desenvolvimento. As discussões se concentraram em quatro áreas de investigação: o papel da geografia no sucesso dos países, o papel da concorrência eficaz e das políticas regulatórias, as causas das crises financeiras e as formas de preveni-las, e os efeitos da diversidade étnica na democracia e no crescimento. Ao se aproximar do século XXI, o poder mundial estava organizado para que países desenvolvidos, economias industrializadas de alta especialização, com o principal fator de produção: o Capital (dólares americanos). Impulsionados por suas exportações com o nome de “Investimentos diretos Estrangeiros” (IDE), cujo retorno era acumular capital e investi-lo em desenvolvimento e inovação tecnológica.

Em dezembro do ano 2000, o Banco Mundial lançava sua publicação “*The Annual World Bank Conference on Development Economics 1999*”, dez anos após seu primeiro Fórum dedicados a discussão e debate de importantes questões políticas, aplicadas por países com relação a artigos e ideias que buscam compreender o desenvolvimento econômico e a partir das discussões, formar políticas que atendam o quesito equilíbrio. Chega-se aqui com a ideia de construir um equilíbrio econômico a qualquer custo, uma proteção ao Capital se faz necessário, colocando a estabilidade macroeconômico como elemento fundamental ao crescimento e a reforma estrutural como crucial, incluindo o estabelecimento dos direitos de propriedade, endurecimento das restrições orçamentais, construção de um sistema bancário saudável e a garantia da concorrência nos mercados domésticos, ainda nesta conferência, a questão mais discutida foi o papel da China e a reconstrução que lhe garantia um papel fundamental na economia internacional.

Desta forma, podemos observar que não há menção pelo Banco Mundial, nestas conferências, acerca de que o núcleo do poder G7 esteja sendo questionado ou cobrado por qualquer outro bloco econômico, apenas um olhar para a movimentação política e econômica da China e Rússia. Assim, por quais motivos o Goldman Sachs anunciou um movimento para questionar a condução política e econômica do mercado mundial?

Observa-se que antes da publicação do *Paper No.66*, aconteceu o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul em 6 de junho de 2003. Os chanceleres dos três países – Celso Amorim, do Brasil; Yashwant Sinha, da Índia; e Nkosazana Dlamini-Zuma, da África do Sul – anunciaram, em conferência de imprensa, no Palácio Itamaraty, em Brasília, a formação do grupo, que passou a ser referido pela sigla IBAS (*India, Brazil and South Africa*).

A origem do IBAS está em uma proposta feita pelo partido sul-africano (*African National Congress*), que pretendia formar um grupo de países do Sul para cuidar dos assuntos pertinentes aos países do sul, denominação adotada durante o período de 1985 a 2000 para definir uma nova regionalização, sendo o Norte como países desenvolvidos e Sul para países subdesenvolvidos, mas a ideia não foi colocada em prática no primeiro governo democrático da África do Sul e acabou ficando adormecida (Assunção, 2013, p. 78; Moura, 2009, p. 09).

Os três países cooperaram contra o contencioso movido pelos EUA, na OMC, quando se colocou em pauta as patentes farmacêuticas. Brasil, Índia e África do Sul, além de outros Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo (PMDR), defendiam a quebra de patentes, principalmente nos medicamentos para a AIDS. Dessa convergência de opiniões e atitudes, percebeu-se a potencialidade da coalizão (Pautasso & Iankowski, 2013, p. 15-16).

O primeiro encontro ocorreu, de fato, na reunião do G8, em junho de 2003, em Evian, na França. As discussões iniciadas em Evian prosseguiram naquele mês de junho e o estabelecimento formal do Fórum se daria em Brasília, quando os três ministros elaboraram a “Declaração de Brasília”, documento que oficializou a criação do IBAS (Moura, 2009, p. 09; Assunção, 2013, p. 65)

Os objetivos principais do Fórum do Diálogo IBAS são: Promover o diálogo Sul-Sul, a cooperação e posições comuns em assuntos de importância internacional; Promover oportunidades de comércio e investimento entre as três regiões das quais os países fazem parte; Promover a redução internacional da pobreza e o desenvolvimento social; Promover a troca de informação trilateral, melhores práticas internacionais, tecnologias e habilidades, assim como cumprimentar os respectivos esforços de sinergia coletiva; Promover a cooperação em diversas áreas, como agricultura, mudança do clima, cultura, defesa, educação, energia, saúde, sociedade de informação, ciência e tecnologia, desenvolvimento social, comércio e investimento, turismo e transporte.

Os três países, embora de continentes distintos, declararam-se, no documento de origem, como países com democracias vibrantes, de três regiões do mundo que estão em desenvolvimento e atuantes em escala global, com o objetivo de examinar temas da agenda internacional e de interesse mútuo. Nos últimos anos,

notou-se a importância e a necessidade de diálogo entre países e nações em desenvolvimento do Sul, sendo o documento que consta o início deste agrupamento político e econômico a “Declaração de Brasília”.

Segundo o ministério das relações exteriores o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) criado em junho de 2003 promoveu cinco reuniões de Cúpula do IBAS: I Cúpula IBAS – Brasília, em setembro de 2006; II Cúpula IBAS – Pretória, em outubro de 2007; III Cúpula IBAS – Nova Délhi, em outubro de 2008; IV Cúpula IBAS – Brasília, em abril de 2010; e V Cúpula IBAS – Pretória, em outubro de 2011. Divididos em grupos de trabalho em funcionamento no IBAS: GT de Administração Aduaneira e Tributária; GT de Agricultura; GT de Comércio Investimentos e Infraestrutura; GT de Defesa; GT de Economia Azul; GT de Energia; e GT de Turismo.

Deste agrupamento, um elemento fundamental importante é o Fundo IBAS, iniciativa da cooperação Sul-Sul para financiamento do intercâmbio de projetos em diversas áreas, como saúde, educação, segurança sanitária e alimentar. Os projetos do Fundo IBAS são executados sob a coordenação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), privilegiando iniciativas que envolvam os Objetivos do Milênio. O Fundo é administrado por um Conselho Diretor, composto por representantes governamentais de Brasil, Índia e África do Sul e um representante do PNUD. É através do Conselho que são feitas as seleções e aprovações dos projetos encaminhados, além da alocação e captação de recursos (Bueno, 2010, p. 14).

A presente pesquisa não localizou nenhum relatório, além da Declaração de Brasília e trabalhos da FUNAG - Fundação Alexandre de Gusmão em dois trabalhos que descrevem como o IBAS opera atualmente financiando bem-estar social em projetos escolhidos.

De acordo com Batista Jr. (2019), sua experiência na cadeira brasileira do G20, relata que o FMI de 1999 até 2008 passou a atuar na direção do G20 em função da crise financeira, que acabou com a quebra de parte do mercado financeiro americano e somente no pós-crise de 2008, o G20 passa a ter um papel relevante para o atlântico-norte nos desdobramentos do campo internacional, tomando para si a reconstrução do setor financeiro. Neste momento, o BRICS nasce como representante dos países emergentes, concluindo que o G20 cumpriu uma função puramente financeira para manter o Capital Financeiro protegido e o BRICS sendo apenas uma possibilidade de manter uma possível substituição de alguns países do G7, como propõe os pesquisadores do GS (Goldman Sachs), vejamos em 2003, no seu *Paper No. 99*, cujo título “Sonhando com o BRICS” de fato mostra que a partir

deste ano a atuação do Brasil, África do Sul e Índia, tornaram o BRICS de Jim O'Neill mais próximo da realidade.

Podemos verificar o G20, em 2003, na fase final de preparação para a V Conferência Ministerial da OMC, Cancún, discutindo a “Agenda de Desenvolvimento de Doha” quanto a agricultura, tema central desta conferência. Os 19 países, sendo eles África do Sul, Egito, Nigéria, Tanzânia e Zimbábue, todos da África, China, Filipinas, Índia, Indonésia, Paquistão e Tailândia, da Ásia, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Cuba, México, Paraguai e Venezuela, da América Latina, representam quase 60% da população mundial, 70% da população rural de todo o globo e 26% das exportações agrícolas mundiais, este fato, somado a carta enviada por Robert Zoellick, em 2004, aos membros da OMC, solicitando novas renegociações em novas bases, além de culpar o Brasil, a Índia e o G20 pelo o que chama de colapso nas negociações de Cancun, mostra que o poder do G7 começa a ruir e o fortalecimento de um novo poder ligado G20 surge em um redirecionamento das políticas internacionais.

Como explica Carvalho (2010), o Brasil em função das políticas domésticas e influenciado pelo poder que sempre direcionou este país, viu-se frente a uma tomada de decisão que por um lado o afastou do G20 como protagonista junto a Índia, levando-o ao lado oposto e se aproximando do pacote proposto pela OMC, como explica “A opção por se afastar do G20 implicou custos de credibilidade para o Brasil junto à Índia, que atuou com o Brasil como líder e representante do G20 e se opôs ao pacote de julho de 2008”. Esses dois momentos distintos são fundamentais para entender o que aconteceu com o Brasil protagonista entre o Grupo de Cairns, na IV Conferência Ministerial da OMC, em Doha, em 2001; depois, com a instituição do G20 na V Conferência Ministerial da OMC em Cancún, assim as políticas internas e externas podem dar credibilidade ou não aos processos de posição dos líderes em assuntos de suma importância, principalmente para países com base na primarização de suas economias.

Segundo o grupo financeiro Goldman Sachs, em sua publicação comemorativa de 150 anos, declara que:

A primeira cúpula anual do BRICS, ocorreu em 2009 em Yekaterinburg, Rússia, reunindo líderes dos países BRICS para discutir questões políticas e desafios comuns. No ano seguinte, o grupo votou para convidar a África do Sul a se juntar, consolidando a sigla BRICS. Em 2014, o Banco de Desenvolvimento do BRICS foi estabelecido em um acordo assinado durante a sexta cúpula anual do BRICS em Fortaleza, Brasil. Desde que renomeado como Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e sediado em Xangai, o objetivo da instituição é mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável no BRICS e outros

mercados emergentes e países em desenvolvimento. (capturado do site: <https://www.goldmansachs.com/our-firm/history/moments/2001-brics>)

Desta forma podemos observar que o BRICS, após sua política doméstica, busca parceiros comerciais a fim de se consolidar como líder em função de seu potencial, mas a pergunta é “O que fez com que sua posição mudasse? Quais fatos são percebidos, além dos econômicos mostrados pelas maiores redes financeiras internacionais?

Uma entrevista produzida pelo seu jornalista Luigi Jorio com Pietro Veglio, economista suíço, que entre 2001 a 2006 atuou como Diretor Executivo do Banco Mundial, organizada pela *Swiss Broadcasting Corporation*, associação pública de radiodifusão suíça, fundada em 1931, publicou um artigo, em 21 de dezembro de 2011, com o título “Os países do BRICS e o novo equilíbrio internacional”, afirmando que, em breve, 47% do PIB mundial será composto pelo BRICS, onde esclarece que os cinco países Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, estão se estabelecendo como parceiros privilegiados para vários países, incluindo também a Suíça. Ao responder à pergunta “Quais são os pontos comuns dos países do BRICS?”, o diretor do banco mundial respondeu resumidamente que o BRICS se transformou em uma entidade política, que vota de maneira semelhante a ONU e organiza encontros de cúpulas, se apresentando como protagonista e discute temas de importância para o planeta. Quando a África se incorpora aos BRICS, os economistas afirmam:

“O mapa político internacional mudou: estamos assistindo a criação de um novo equilíbrio internacional. No plano econômico, o produto interno bruto dos países do BRICS corresponde hoje a 17% do PIB mundial. A China poderá ultrapassar os Estados Unidos até 2027, enquanto o PIB do Brasil já está ultrapassando o da Itália. Em 2030, eles poderão produzir 47% do PIB mundial. Além disso, estão abrindo o caminho para os outros, pois já se fala de uma possível inclusão da Colômbia, Indonésia, Vietnã, Egito, Turquia ou do Chile,” (capturado no site: <https://www.swissinfo.ch/por/economia/os-pa%C3%ADses-do-brics-e-o-novo-equil%C3%ADbrio-internacional/31807714>)

Tais declarações, nos mostram que o eixo do poder está sendo disputado. A sociedade está diante de uma nova Guerra Fria ou uma nova ordem econômica e política onde o G7 está perdendo sua coesão? Como a evolução do BRICs para BRICS, de 2001 a 2024, está moldando um Sul Global semelhante ao Norte Global?

As pesquisas da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), instituída pela lei 5.717, de 26 de outubro de 1971, fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores vem organizando uma série de iniciativas com o propósito de

contribuir para a pesquisa e o debate de questões de interesse da agenda internacional do Brasil, entre as quais o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) em anexo traz a I Cúpula: Declaração Conjunta Ekaterinburgo, 16 de junho de 2009, já foram realizadas 16 cúpulas do BRICS, sendo a penúltima em agosto de 2023 na África do Sul. Nesta primeira cúpula declaram:

A I CÚPULA: DECLARAÇÃO CONJUNTA Ekaterinburgo, 16 de junho de 2009, nós, os líderes da República Federativa do Brasil, da Federação Russa, da República da Índia e da República Popular da China, discutimos a atual situação da economia mundial e outros assuntos candentes para o desenvolvimento global, e as perspectivas para o maior aprofundamento da colaboração no âmbito do BRIC, em nossa reunião em Ekaterinburgo, em 16 de junho de 2009. (...)

Está cúpula se dá após a crise dos bancos americanos de 2008, que entraram em colapso em função da falência de alguns bancos de investimentos nos EUA, já mencionado neste artigo. A primeira cúpula destaca 16 conclusões, principalmente, dos eventos relatados no papel do G20, enfatizando a importância que este desempenhou para solucionar as crises financeiras, destacando que o grupo dos 20 encorajou a cooperação, a coordenação de política e o diálogo político em relação aos assuntos econômicos e financeiros de âmbito internacional, na sequência citam a conferência anual da ONU, que será realizada posterior em junho do mesmo ano seja pró ativa com relação a crise financeira e econômica mundial e alcance resultados positivos:

“Estamos comprometidos com o avanço da reforma das instituições financeiras internacionais, de forma a refletir as transformações da economia mundial. As economias emergentes e em desenvolvimento devem ter maior peso e representação nas instituições financeiras internacionais, cujos diretores e executivos devem ser indicados por intermédio de processo aberto, transparente e com base no mérito. Acreditamos, também, na necessidade de um sistema monetário estável, confiável e mais diversificado”.

As conclusões apresentadas são fundamentais para determinar a participação dos países em desenvolvimento, abrangem questões como regulamentação, riscos compartilhados, o papel dos investimentos estrangeiros diretos na recuperação econômica mundial, a estabilidade no sistema multilateral de comércio, os impactos severos da crise sobre os países pobres e os investimentos necessários para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Além disso,

destaca-se a distribuição do capital devedor dos países ricos para os países colonizados:

“Os países desenvolvidos devem cumprir o compromisso de destinar 0,7% do Produto Interno Bruto à Ajuda Oficial ao Desenvolvimento e envidar maiores esforços para incrementar a assistência, o alívio das dívidas, o acesso a mercados e a transferência de tecnologia para países em desenvolvimento.” (Aspecto 7 das conclusões da I cúpula).

Outros temas como sustentabilidade, acordos multilaterais sobre o meio ambiente, coordenação e cooperação no tema energia, energias renováveis, eficiência energética, mudanças climáticas, ações para realizar metas de desenvolvimento socioeconômico, entre muitas outras conclusões anunciam que Rússia, Índia e China receberam com satisfação o cordial convite para a próxima Cúpula do BRIC, sediado no Brasil em 2010, já na IV cúpula passa a ser chamar de BRICS, Nova Delhi, 29 de março de 2012, incorporando a África do Sul.

O Instituto Tricontinental de Pesquisa Social lançou o dossiê 72, “A AGITAÇÃO DA ORDEM GLOBAL”, com base em seus estudos, retratando o Sul Global como:

“Os países do Sul Global têm diferentes realidades econômicas, capacidades militares, sistemas políticos e governos, muitas vezes com tradições políticas conflitantes. Embora vários desses países compartilhem certas características e interesses, o conceito de Sul Global não é definido por seus pontos em comum, mas por um conjunto de outros fatores”

O dossiê revela que em 2023, a formação do BRICS na Cúpula de Joanesburgo, África do Sul, recebeu mais seis integrantes: Argentina, Egito, Etiópia, Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos (EAU). Acrescenta que, apesar do novo governo de direita da Argentina, liderado por Javier Milei, tenha se retirado oficialmente da adesão ao BRICS em 29 de dezembro de 2023, os dez países do grupo abrangem agora 45,5% da população mundial, com um PIB global combinado (PPC) de 35,6%. Em comparação, embora os Estados do G7 (Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido e Estados Unidos) representem apenas 10% da população mundial, sua participação no PIB global (PPC) é de 30,3%. Enquanto, os países que hoje formam o BRICS são responsáveis por 44,6% da produção industrial global, seus pares do G7 respondem por apenas 21,6%, assim, finaliza com uma declaração de Celso Amorim, “o mundo não pode mais ser ditado pelo G7”.

Galdino (2020), revela que a cooperação sul-sul acontece quando certos países identificam certos interesses e problemas comuns e buscam uma solução. Isso significa que não estão mais buscando a solução de modo passivo, inferindo que o poder central que ditava as regras já não faz mais sentido, pois tais regras foram

apenas para a manutenção do Capital. Deste modo, a distribuição assimétrica de poder não leva esses países ao desenvolvimento econômico de forma autônoma, minando qualquer forma de dependência. Agindo isoladamente, esses Estados acabariam com resultados menos satisfatórios em comparação com sua cooperação e coordenação política.

A última cúpula do BRICS, realizada nos dias 22 a 24 de outubro de 2024, em Kazan, Rússia. Marcada pela participação de 36 líderes mundiais, incluindo membros do grupo e países observadores, foi fundamentada sob o tema: "Fortalecendo o multilateralismo para o desenvolvimento e a segurança globais justos", notável mundialmente, devido à presença e interesse de múltiplas potências em se integrar ao grupo, evidenciando o desenvolvimento do BRICS no cenário global. A retomada da proposta para criação de uma nova moeda comum entre o grupo, indica a inclinação para a independência comercial em relação ao dólar, reforçando o desenvolvimento político dos países membros. Em uma entrevista para o canal "*Democracy now*", o economista Richard Wolff, afirma: Esta é a primeira vez em que há um concorrente econômico aos Estados Unidos e seu papel no mundo, onde um grupo de países têm em conjunto, um PIB maior que o do G7, os Estados Unidos e seus aliados. Este é um novo mundo econômico e o império americano está em declínio". O elevado crescimento da associação no futuro, promoverá o enfraquecimento da hegemonia dos EUA, isto, ocorre devido ao uso do dólar como recurso contra países em divergência aos interesses dos Estados Unidos, por meio de sanções, congelamento de recursos e outras medidas, que deterioraram a confiança internacional na moeda americana e contribuem à uma demanda global por desdolarização.

Às vésperas do evento, o grupo geopolítico divulgou um relatório histórico reafirmando o compromisso em manter uma rede de Segurança Financeira Global forte e eficaz com um FMI baseado em cotas e com recursos adequados em seu centro. Além disso, a solicitação para reforma das instituições de Bretton Woods, incluindo o aumento da representação dos *Emerging Markets and Developing Countries (EMDCs)* em posições de liderança com o objetivo em contribuir para a economia global. O presidente da China, Xi Jinping em seu discurso, destacou a importância em combinar a grande força do Sul Global para construção unificada de uma comunidade com futuro compartilhado à humanidade.

Portanto, entende-se o papel do BRICS no Sul Global como um instrumento que busca promover maior participação dos países do Sul Global em questões mundiais, levando em consideração questões históricas, como o início do imperialismo americano, iniciado, após a segunda guerra mundial, momento em que os Estados Unidos surgem como uma grande potência mundial, implementando

influência para o resto do globo e estabelecendo a separação entre os países, principalmente, com a criação do G7. Vale ressaltar que o Sul global não é categorizado por aspectos geográficos, mas por uma classificação de países emergentes que buscam o desenvolvimento econômico, social e político por meio de interesses em comum, reafirmando a distribuição desigual capitalista em uma visão mundial e seus efeitos coloniais, os quais perduram até os dias atuais, porém, ainda pertencentes e subordinados a decisões e ações mundiais decretadas por economias desenvolvidas.

4. Método

O presente estudo empreendeu uma análise exploratória aprofundada sobre os BRICS e o Sul global, com o objetivo de elucidar as complexas dinâmicas das relações internacionais contemporâneas. A pesquisa combinou abordagem bibliográfica, buscando compreender as teorias subjacentes às interações entre os BRICS e o seu papel atual quanto ao G7 e o Sul Global.

Para tanto, foram consultados diversos materiais, incluindo publicações de instituições de renome como o IPEA, a FUNAG e o UNICEF, além de obras acadêmicas como 'Sul Global: Resistência e a Geopolítica do Capitalismo Contemporâneo'. A análise permitiu aprofundar o entendimento das teorias e conceitos relevantes, embasada em dados de artigos como '*Build Better Global Economic BRICS*', forneceu subsídios empíricos para a corroboração das hipóteses levantadas.

5. Resultados e Discussões

Conforme descrito no estudo de Goldman Sachs, "*Building Better Global Economies - BRICs*", de Jim O'Neill (2001), foi projetado o potencial de desenvolvimento de algumas economias emergentes no final do século XX. Nesse estudo, O'Neill previu que esses países, conhecidos como BRICs, se tornariam agentes relevantes na economia global, respondendo por quase 30% do comércio mundial.

A análise desse artigo revela que, de fato, a projeção estatística de O'Neill estava correta. Esses países, por meio de suas alianças e da incorporação de novos membros, consolidaram-se como importantes atores no cenário econômico internacional, conforme havia sido teorizado.

Em complemento, o estudo "Os BRICS e seus Vizinhos", organizado por Renato Bauman e Ivan Tiago, e publicado pelo IPEA, afirma: "O BRICS tem ganhado crescente relevância no comércio internacional, especialmente com a abertura de algumas de suas economias ao mercado global. O

comércio internacional também desempenha um papel importante nas estratégias de cada um destes países, que visam estreitar laços com as economias de suas regiões, seja por meio de processos de integração produtiva, seja com acordos que criam instituições regionais."

Esse artigo, de 2014, reafirma as previsões de O'Neill sobre o papel dos BRICs e evidencia o fortalecimento das relações comerciais e estratégicas entre esses países e seus vizinhos regionais.

6. Considerações Finais

O presente artigo, teve como objetivo, analisar as previsões contidas no relatório do grupo Goldman Sachs, "Building Bete Global Economic" que apontam para mudanças significativas na economia de determinados países nos próximos anos. O crescimento dessas nações está intrinsecamente relacionado a fatores como a grande população, a extensão territorial e a riqueza em matérias-primas, além da forma como esses países se posicionaram no contexto da economia global ao longo das décadas.

Embora a percepção sobre dinheiro e trabalho tenha permanecido inalterada, observa-se que esses países estão se unindo em uma nova associação para afirmar sua relevância diante das potências dominantes. Em vez de se colocarem apenas na posição de controlados, essas nações estão se tornando protagonistas no cenário econômico mundial. Esse movimento é caracterizado pelo aprimoramento das relações comerciais e a contestação do monopólio do imperialismo estadunidense.

O artigo apresenta uma abordagem analítica que combina análises bibliográficas e qualitativas, fundamentadas em teorias e dados que corroboram essas observações. Em última instância, sugere que essa nova ordem mundial busca equilibrar o poder e a moeda, por meio da inclusão de novos agentes na geopolítica global.

Um exemplo claro desse fenômeno é a criação do BRICS, um grupo que se fortalece constantemente ao integrar novos membros com significativo potencial de crescimento. Atualmente, o BRICS já representa 27% da economia global, superando o G7, impulsionado pelo poderio industrial da China e Rússia e os centros tecnológicos dos demais países que compõem o bloco.

Assim, é evidente que as dinâmicas econômicas estão se reconfigurando, refletindo um movimento em direção a um equilíbrio de poder diversificado no cenário internacional.

Referências

- Almeida Filho, João Genésio, (2009). *O Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS): Análise e Perspectivas*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- Batista Jr. Paulo Nogueira. (2019). O Brasil não cabe no quintal de ninguém: Bastidores da vida de um economista brasileiro no FMI e nos BRICS e outros textos sobre nacionalismo e nosso complexo de vira-lata. Editora: Leya.
- Carvalho, Maria Izabel Valladão (2010). Condicionantes Internacionais e Domésticos: O Brasil e o G-20 nas Negociações Agrícolas da Rodada Doha. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 53(2), p. 405 a 445.
- Fórum De Diálogo Índia-Brasil-África Do Sul. Declaração de Brasília 6 de junho de 2003
- Galdino, Celso. (2020). An approach of historical and economic BRICS creation in South-South Cooperation resurgence landmark in the twenty-first century. *Conjuntura Internacional*, Belo Horizonte, 17 (3), p.73 – 84.
- Martins. Cesar Castello Branco. (2005). *BRICs e G-20 na política econômica externa brasileira*. [Monografia de final de curso apresentada a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro departamento de economia].
- Menezes, Roberto Goulart; Almeida, Elga Lessa de (Org.). (2023). *Sul Global, resistências e a geopolítica do capitalismo contemporâneo* – Salvador: Edufba
- Ribeiro. Renata Corrêa (2015). Fundo IBAS: *A convergência de uma agenda trilateral em prol do desenvolvimento de terceiros países*. [Artigo apresentado] 5º Encontro Nacional Da Abri: Redefinindo A Diplomacia Num Mundo Em Transformação Belo Horizonte.
- Jorio, Luigi. (2011). *Os países do BRICS e o novo equilíbrio internacional*. [Entrevista realizada Pietro Veglio]. <https://www.swissinfo.ch/por/economia/os-pa%C3%ADses-do-brics-e-o-novo-equil%C3%ADbrio-internacional/31807714> em 01/10/2024.
- BRICS: estudos e documentos / Renato Baumann ... [et al.]. – Brasília: FUNAG, 2015.
- O'Neill (2001). Building Better Global Economic BRICS, Global Economics, Paper No. 66.
- Instituto Tricontinental de Pesquisa Social (2024). *Dossiê No 72, A Agitação Da Ordem Global*.

Contribuição da/o(s) Autor/a(es):

Raquel Almeida Assunção: 1. Planejamento e delineamento do estudo; 6. revisão das normas;
Jonathan Barchilhes Feitosa: 2. escrita da revisão de literatura; 6. revisão das normas;
Ligia Duarte Guerra; 7. supervisão do trabalho.